



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Guajajaras, Nº 40 - Bairro Centro - CEP 30180-100 - Belo Horizonte - MG - www.tjmg.jus.br

PROJETO BÁSICO Nº 12804528 / 2023 - EJEJ/DIRDEP/GEFOR/COFIP

1. OBJETO

1.1. Resumo:

Contratação de pessoa física para prestação de serviços de docência em ação educacional promovida pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes.

1.2. Atuação em docência:

1.2.1. A docente contratada deverá atuar como Formadora de Cursos Presenciais, nos termos do art. 2º, II, da [Portaria Conjunta nº 879/PR/2019](#) (alterada pela [Portaria Conjunta da Presidência nº 1407/2022](#)).

1.2.2. A docente contratada deverá observar os deveres e atribuições gerais, definidos no art. 5º, e específicos, definidos no art. 7º, ambos da [Portaria Conjunta nº 879/PR/2019](#) (alterada pela [Portaria Conjunta da Presidência nº 1407/2022](#)).

1.3. Ação educacional:

O serviço de docência a ser contratado refere-se a 2 (duas) aulas da Disciplina "**Aspectos Tributários na Recuperação Judicial e na Falência**", correspondente ao décimo sexto módulo do curso de **Pós-Graduação lato sensu em Direito Empresarial com ênfase em Falência e Recuperação de Empresas da EJEJ.**, na modalidade presencial, cuja oferta foi autorizada pela Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, por meio da Resolução SEE nº 4.690, de 23 de dezembro de 2021. O curso é a primeira pós-graduação realizada pela EJEJ na qualidade de credenciada como Escola de Governo.

1.4. Docente indicada:

Daniela Victor de Souza Melo, CPF 002000326-90, identidade MG 7.310.367, residente na Rua Rio de Janeiro, nº 2.040, apto 1401, Bairro Lourdes, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.160.042, com atuação prevista para execução nos termos da Proposta evento nº 12804526.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Motivação:

2.1.1. Das alterações legislativas recentes:

A atividade empresarial no Brasil tem sido objeto de constantes alterações em sua regulação normativa, observadas desde a edição da Lei nº 6.404, de dezembro de 1976, que significou extraordinário avanço no campo do chamado direito societário, particularmente no tocante às sociedades por ações.

De lá para cá, houve intensa produção legiferante no país, tendo como ponto culminante a promulgação do Código Civil de 2002, cujo Livro II da Parte Especial é dedicado ao Direito de Empresa.

Foi entretanto na seara do direito concursal que se implementaram as maiores e mais profundas reformas, fruto da imperiosa necessidade de abandonar o velho e obsoleto Decreto-Lei nº 7.661, de 1945 que fez nascer a Lei nº 11.101/2005. A nova norma preservou o instituto da falência e extinguiu a concordata, ao mesmo tempo em que implantou a recuperação, admitida tanto na modalidade judicial quanto na extrajudicial, significando formidável avanço no campo do direito concursal.

Após 15 anos de vigência, a norma em questão foi objeto de alterações promovidas pela Lei nº 14.112/2020 que, atendendo aos reclamos da doutrina, da jurisprudência e do mercado, dotou o sistema legal da insolvência de mecanismos modernos e necessários a seu contínuo aperfeiçoamento.

Antes, ainda no âmbito da legislação ordinária, a edição da Lei nº 13.105/2015, Código de Processo Civil, trouxe destacada contribuição ao direito concursal empresarial, com previsão expressa da adoção de mecanismos de autocomposição de interesses contrapostos, por meio da conciliação e da mediação.

Nessa perspectiva, diante de tantas e constantes mudanças, tornou-se indispensável o contínuo aprimoramento na formação profissional de magistrados e servidores do Poder Judiciário atuante na seara do Direito Empresarial, o que justifica o desenvolvimento de curso formativo, em nível de pós-graduação, que faça uma abordagem técnica de temas afetos ao moderno direito dos negócios e das empresas, sob a perspectiva doutrinária, nacional e estrangeira, da legislação do Brasil e dos países que inspiraram e influenciaram o acervo normativo de regência sobre o tema, sem prejuízo da análise, profunda e sistematizada, do conjunto das decisões judiciais proferidas a partir da jurisprudência produzida pelo Superior Tribunal de Justiça.

2.1.2. Da especialização de câmaras cíveis em matéria de Direito Empresarial:

Por força da [Resolução nº 977, de 16 de novembro de 2021](#), a 16ª Câmara Cível e a 21ª Câmara Cível, criada essa última também no bojo do referido normativo, especializaram-se em processar e julgar, de forma exclusiva, as causas, recursos e incidentes relativos a determinadas temáticas, entre elas as de Direito Empresarial.

Nesse sentido, o tema foi incorporado ao planejamento da EJEF, considerando-se a necessidade mais premente de aperfeiçoamento específico de magistrados e servidores para atuação nas recém especializadas câmaras, bem como nas inúmeras varas especializadas já existentes na Capital e em Comarcas do interior do Estado.

2.2. Conexão com o planejamento estratégico:

A ação educacional guarda relação com o Plano de Desenvolvimento Institucional da EJEF - PDI 2021-2026, notadamente com o Objetivo Estratégico nº 8 contido no documento - *“Ministrar o ensino superior, promovendo pós-graduações profissionais aos magistrados e servidores, visando à sua qualificação para o exercício de suas funções”*.

Alinha-se ainda com a [Resolução TJMG nº 952/2020](#), que dispõe sobre o ciclo de Planejamento Estratégico 2021-2026, em seu Macrodesafio X - Otimização da Gestão de Pessoas, traduzido como um conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do Tribunal, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da Instituição.

2.3 Benefícios pretendidos:

Ao final do curso, espera-se que as participantes e os participantes sejam capazes de analisar e aplicar o Direito Empresarial, com ênfase em falência e recuperação de empresas, articulando-o aos aspectos econômicos e sociais nas relações das sociedades empresárias, nas relações dos sócios e nas relações com terceiros, nos impactos tecnológicos e negociais.

3. DETALHAMENTO E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1. Detalhamento - 2 (duas) aulas da Disciplina "Aspectos Tributários na Recuperação Judicial e na Falência".

3.1.1 Modalidade:

Presencial.

3.1.2. Carga-horária:

3.1.2.1. 3 (três) horas-aula no dia 29/03/2023, nos termos do artigo 17 da Portaria Conjunta nº 879/PR/2019 (alterada pela Portaria Conjunta da Presidência nº 1407/2022).

3.1.2. 3 (três) horas-aula no dia 12/04/2023, em codocência com os docentes Murilo Sílvio de Abreu e Filipe Aguiar de Barros, sendo considerada, portanto, 1 hora-aula para fins de pagamento, nos termos do artigo 18, §5º da Portaria Conjunta nº 879/PR/2019 (alterada pela Portaria Conjunta da Presidência nº 1407/2022).

3.1.3. Data, horário e local de realização:

29 de março e 12 de abril de 2023, nas dependências da EJEJF - Rua Guajajaras, nº 40, 17º andar, Centro, Belo Horizonte/MG.

3.1.4. Conteúdo Programático:

- Interesse do fisco nos processos de insolvência empresarial;
- Competência jurisdicional;
- Classificação dos créditos;
- As certidões negativas tributárias e a recuperação judicial: efeitos.

3.1.4. Objetivos específicos:

- Analisar o interesse do fisco nos processos de insolvência empresarial, competência jurisdicional, classificação dos créditos;
- Evidenciar os efeitos das certidões negativas tributárias e a recuperação judicial.

4. FORMA DE CONTRATAÇÃO

4.1. Resumo

Contratação, por processo de inexigibilidade de licitação, de serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal de natureza singular, prestado por docente externo de notória especialização.

4.2. Fundamentação legal

[Art. 25, II, c/c art. 13, VI, da Lei Federal nº 8.666/1993;](#)

[Orientação Administrativa TJMG nº 11/2018;](#)

[Orientação Administrativa TJMG nº 20/2018;](#)

[Portaria Conjunta nº 879/PR/2019](#) (alterada pela [Portaria Conjunta da Presidência nº 1407/2022](#)).

4.3. Singularidade dos serviços

Conforme lição do Professor Luiz Cláudio de Azevedo Chaves,

Como se vê, o art. 25, II da Lei Geral de Licitações reconhece que determinados serviços, os “técnicos especializados”, quando “singulares”, são incomparáveis entre si, ainda que haja pluralidade de soluções e/ou executores. (...)

A singularidade é o elemento que torna o serviço peculiar, especial. Não será suficiente que o serviço esteja descrito no art. 13, pois, de per si, não o faz especial (singular). Deve haver, na execução ou em suas características intrínsecas, algo que o torne inusitado. Não se pode confundir singularidade com exclusividade, ineditismo ou mesmo raridade. Se fosse único ou inédito, seria caso de inexigibilidade por ausência de contedores, fulcrada no caput do art. 25, e não pela natureza singular do serviço. O fato de o objeto ser prestado por poucos profissionais ou empresas não impede que estes disputem o objeto. Logo, o fato de haver muitos ou poucos profissionais aptos a executarem o serviço é indiferente para a configuração da singularidade. A inviabilidade de competição decorre, invariavelmente, do objeto. (CHAVES, Luiz Cláudio de Azevedo. Contratação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal na administração pública: caso de licitação, dispensa ou inexigibilidade?. IDEMP - Instituto de Desenvolvimento Empresarial, Rio de Janeiro, pp. 3-4. Disponível em: <http://idemp-edu.com.br/uploads/artigos/contratacaoservicostreinamento.pdf>)

Os serviços de docência para os fins das ações educacionais promovidas pela EJEF, nos termos da Portaria Conjunta nº 879/2019 e tal como o objeto definido na contratação em comento, devem ser caracterizados, via de regra, como singulares, uma vez que não se tratam de atuações padronizadas e, com isso, comparáveis entre si. Pelo contrário, ministrar uma aula ou elaborar um conteúdo educacional é algo peculiar, que resulta da aplicação da formação, da experiência profissional e docente e de metodologias próprias do docente definido, as quais, a princípio, não poderiam ser simplesmente replicadas por qualquer outra pessoa. Com efeito, segue o doutrinador:

O objeto do serviço de treinamento só se materializa com a aula (o fazer). É por meio desta ação que o professor/instrutor, fazendo uso da metodologia didático-pedagógica, utilizando os recursos instrucionais e aplicando o conteúdo programático, realiza o objeto. Portanto, o núcleo do serviço é a própria aula. Ora,

se é a aula, não se pode, em regra, considerar que seja um serviço usual ou executado de forma padronizada; não se pode admitir que, quem quer que seja o executor (o professor), desde que aplicando os recursos acima, obtenha os mesmos resultados. Afinal, como é próprio do humano, as pessoas são diferentes entre si.

Cada professor possui sua técnica própria, sua forma de lidar com grupos, sua empatia, sua didática, suas experiências pessoais, seu ritmo e tom de voz. Tudo isso compõe um conjunto que os tornam incomparáveis entre si.(...) Tudo isso requer do profissional, a cada serviço, a necessária adaptação. Inclusive o próprio professor será diferente a cada aula proferida, ainda que do mesmo tema, pois em um curso ouve uma pergunta de um aluno, que levanta uma questão não imaginada, conduzindo o desenvolvimento do conteúdo a uma vertente não programada; para outra turma, leu um livro ou artigo recém publicado que o leva a pesquisar novamente o assunto tratado e, eventualmente, provocará mudança de visão e conceitos. Quer dizer, as aulas sempre serão diferentes, seja na condução, seja no conteúdo, seja na forma de exposição. Não há como negar que cada aula (cada serviço) é, em si, singular, inusitado, peculiar. (Ibid., p.5)

Verifica-se, portanto, que os serviços objeto do presente contrato são singulares, sendo, por isso, impossível de se estabelecer, a priori, critérios objetivos de comparação com outros serviços de treinamento oferecidos no mercado, o que, por sua vez, afasta a regra da licitação.

4.4. Escolha do notório especialista

Diante da singularidade dos serviços prestados, a escolha do docente de notória especialização se dá de acordo com sua formação, experiências, publicações, metodologias aplicadas, capacidade de docência e atuações anteriores, e de como tais características pessoais se compatibilizam com o tema e os objetivos da capacitação contratada. Como não se trata de fornecedor único no mercado - o que tipificaria a contratação no *caput*, e não no inciso II, do art. 25 da referida lei - tal escolha se reveste de discricionariedade administrativa, dentro dos princípios que regem a Administração Pública, consubstanciada na indicação definida no plano e/ou projeto de ação educacional.

Para a disciplina objeto da contratação ora em comento, foi indicado, após criteriosa avaliação da coordenação pedagógica do curso, conforme a matriz de curso elaborada (evento 11345947, constante no processo SEI 0018594-59.2022.8.13.0000), a docente Daniela Victor de Souza Melo, haja vista a sua experiência acadêmica e profissional com relação aos temas que serão ministrados, conforme se verifica em informações pessoais constantes do currículo lattes, juntado ao presente processo (eventos 12809463).

5. CONTRATO

5.1. Dispensa de termo contratual

Considerando-se o valor da proposta, e tratando-se de execução imediata dos serviços contratados, com pagamento ao final da prestação, não resultando em obrigações futuras que mantenham a relação contratual entre as partes, é, s.m.j., dispensável a elaboração de instrumento contratual, podendo esse ser substituído pelas definições já contidas no presente instrumento e na Proposta 12804526/2023 apresentada pela docente, nos termos do art. 62, caput e §4º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

5.2. Obrigações das partes

5.2.1. Para a EJEF / TJMG:

- a) Efetuar o pagamento dos serviços, após o devido recebimento dos mesmos, conforme os normativos aplicáveis e nas condições definidas no presente Projeto Básico;
- b) Comunicar a contratada, com antecedência, sobre qualquer alteração ou ocorrência que interfira na realização do serviços, conforme definido no presente Projeto Básico;
- c) Fornecer atestados de capacidade técnica, caso sejam solicitados pela contratada, e desde que os serviços sejam prestados de forma satisfatória;
- d) Notificar a contratada, fixando-lhe prazo, para a correção de defeitos ou irregularidades eventualmente verificadas na execução dos serviços;
- e) Abster-se de utilizar material autoral, imagem e voz cedidos/autorizados pela contratada de forma diversa da definida nos termos de cessão/autorização.

5.2.2. Para a profissional a ser contratada:

- a) Submeter-se à regulamentação da EJEF/TJMG sobre a atuação e retribuição de docentes, disposta na [Portaria Conjunta nº 879/PR/2019 \(alterada pela Portaria Conjunta da Presidência nº 1407/2022\)](#)., em especial aos deveres e às atribuições definidas no Capítulo II da norma;
- b) Regularizar e entregar a documentação necessária à contratação, conforme orientações da EJEF/TJMG;
- c) Ceder os direitos patrimoniais necessários à utilização de eventuais materiais produzidos, nos termos da [Portaria Conjunta nº 879/PR/2019 \(alterada pela Portaria Conjunta da Presidência nº 1407/2022\)](#);
- d) Prestar os serviços contratados nos termos definidos na proposta nº 12804526 e no presente instrumento, de acordo com as orientações da EJEF / TJMG;
- e) Informar à EJEF/TJMG, tempestivamente, sobre qualquer eventual imprevisto ou irregularidade que possa prejudicar a execução dos serviços nos termos definidos;

f) Providenciar, ao final do serviço prestado, Recibo de Pagamento a Autônomo (RPA) para fins de pagamento.

5.3. Vigência

5.3.1. A avença será finalizada com o recebimento definitivo e o consequente pagamento dos serviços contratados.

5.3.2. De acordo com o subitem 3.1.3. deste projeto básico, as obrigações da docente contratada serão finalizadas no dia 12 de abril de 2023. Após o encerramento, para emissão da Recibo de Pagamento a Autônomo (RPA) pela docente e tramitação interna de seu lançamento no SIAD assinatura de ateste e remessa ao setor responsável, é razoável considerar o prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou seja, até o dia 19 de abril de 2023.

Observamos que, nos contratos firmados por este TJMG, consta como cláusula padrão a previsão, após o encerramento de cada serviço por parte de seus contratados, a previsão de pagamento de até 07 (sete) dias úteis após a entrada do documento na DIRFN/GEFIN, acompanhadas do ateste definitivo assinado pelo gestor contratual. Assim sendo, s.m.j., entendemos que a vigência do contrato a ser firmado deva ser de até 07 (sete) dias úteis após o prazo assinalado no subitem 5.3.2., ou seja, até a data de 28 de abril de 2023.

5.4. Gestão e fiscalização dos serviços contratados

5.4.1. A gestão do contrato ficará a cargo da servidora ou servidor efetivo ocupante do cargo de Gerente da Gerência Administrativa de Formação - GEFOR, por meio da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEJF, que realizará o acompanhamento dos serviços contratados.

5.4.2. A fiscalização contratual será compartilhada entre servidora ou servidor efetivo ocupante do cargo de Coordenador da Coordenação de Planejamento dos Programas de Magistrados, Formadores e Pós-graduação - COPLAM e servidora ou servidor efetivo ocupante do cargo de Coordenador da Coordenação Administrativa de Formação Inicial e Pós-Graduação - COFIP.

6. VALOR

6.1. Definição e justificativa do valor da hora-aula

6.1.1. A docente optou, nos termos do artigo 26,§2º da [Portaria Conjunta nº 879/PR/2019](#) (alterada pela [Portaria Conjunta da Presidência nº 1407/2022](#)), pela utilização dos valores tabelados devidos aos docentes internos, nos termos do art. 19 do normativo, ficando, portanto, dispensada a justificativa de compatibilidade com o mercado.

6.1.2. O valor da hora-aula foi estabelecido com base no artigo 19, I c/c art.18, § 5º da [Portaria Conjunta nº 879/PR/2019](#) (alterada pela [Portaria Conjunta da Presidência nº 1407/2022](#)), c/c [Resolução ENFAM nº 1/2017](#), considerando-se a titulação acadêmica da docente (Mestrado).

Horas-aula trabalhadas (previsão inicial):	6 horas-aula de 60 minutos (3 horas docência + 3 horas em codocência com 2 docentes)
Horas-aula a pagar (previsão inicial):	4 horas-aula de 60 minutos (artigo 19, I c/c art.18, § 5º)
Titulação acadêmica da docente	Mestrado
Valor da hora-aula:	R\$ 286,00
TOTAL PREVISTO:	R\$ 1.144,00

6.1.3. Como se trata da aplicação de preço definido em norma do próprio Poder Judiciário e conforme regulamento do TJMG, verifica-se a razoabilidade do preço aplicado, não havendo que se falar em eventual superfaturamento por parte do prestador de serviços.

6.2. Incidência de contribuição patronal

Além do valor para pagamento dos serviços a serem prestados, considerando que se trata de contratação de pessoa física, haverá, ainda, a incidência de Contribuição Previdenciária Patronal - CPP de 20% (vinte por cento) sobre o valor total de remuneração ao serviço prestado, nos termos do [art. 22 da Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#), no valor de **R\$228,80** (duzentos e vinte e oito reais e oitenta centavos).

6.3. Valor total da contratação

O valor total das despesas com a contratação pretendida, somados o valor devido à docente e a Contribuição Previdenciária Patronal - CPP, será de **R\$1.372,00(mil trezentos e setenta e dois reais e oitenta centavos)**.

7. PAGAMENTO

7.1. Modalidade de empenho

O quantitativo de horas aula dos serviços a serem prestados seguem previsão realizada durante o planejamento pedagógico das ações educacionais (evento 11345947, constante no processo SEI relacionado 0018594-59.2022.8.13.0000), importando em despesas de valor fixo e previamente determinado, cujo pagamento deva ocorrer em uma só parcela, nos termos do subitem 7.2.1. deste projeto básico. Sendo assim, as despesas provenientes do presente contrato deverão se realizar, s.m.j., por meio de empenho ordinário.

7.2. Das condições para realização do pagamento

7.2.1. O pagamento poderá ser realizado em 1 (uma) parcela a ser paga após o recebimento final dos serviços.

7.2.2. Após a conclusão das atividades definidas dentro dos prazos estabelecidos, as entregas realizadas serão submetidas a análise e aprovação da equipe da Coordenação de Planejamento dos Programas de Magistrados, Formadores e Pós-graduação - COPLAM, que acusará o seu recebimento, aprovando formalmente os serviços executados, por meio de formulário SEI de ateste a Nota Fiscal apresentada.

7.2.3. Caso sejam insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrada notificação à docente contratada, constando as desconformidades e fixando prazo para complementação ou repetição dos serviços faltantes ou rejeitados.

7.3. Do prazo para pagamento

O pagamento após o devido ateste dar-se-á conforme os prazos e procedimentos de praxe dos setores financeiros do Tribunal.

8. COMPATIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas com os serviços pretendidos, salvo melhor juízo, correrão por conta da dotação orçamentária **4031.02.128.706.2109.3.3.90.36.23** (Curso de formação e capacitação promovidos pelo Estado - pessoa física com vínculo com a administração pública).

8.2. As despesas com a contribuição patronal, por sua vez, correrão por conta da dotação orçamentária **4031.02.128.706.2109.3.3.90.47.99** (Outros - Obrigações Tributárias e Contributivas).

8.3. Ambas as despesas são compatíveis com a programação orçamentária para o ano de 2023 realizada pela DIRDEP/EJEF para a

ação 2109 (Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas), sob sua gestão.

9. DA OBSERVÂNCIA DA POLÍTICA DE INTEGRIDADE DO TJMG:

Conforme determina o [artigo 5º da Portaria nº 4.717/PR/2020](#), que dispõe sobre a Política de Integridade das Contratações do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, foram anexados a este processo os seguintes documentos relativos à pessoa física a ser contratada:

Certidão negativa CNJ - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNIA (evento 12810369);

Certidão negativa TCU - Inabilitados (evento 12810499);

Certidão negativa TCU - Inidôneos (evento 12810513);

Certidão negativa TCU - Contas julgadas irregulares (evento 12810405);

Certidão negativa CAFIMP - MG (evento 12810359).

Não havendo, portanto, indícios desabonadores e impeditivos para o apoio à instituição proponente, que eventualmente pudessem levar à incidência do [art. 97 da Lei Federal nº 8.666/1993](#).

10. DEMAIS ANEXOS

- Proposta de serviços de docência - evento 12804526;
- Documentos pessoais (RG e CPF) docente - evento 12809207 e 12809215;
- Comprovante de endereço - evento 12810567;
- Declaração de inexistência de nepotismo - evento 12804527.

11. SOLICITANTES:

Diante do exposto, encaminhamos esta solicitação de aquisição de serviço para análise desta DIRSEP no que tange à viabilidade de contratação, nos termos propostos.

Órgão: Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF

Diretora Executiva de Desenvolvimento de Pessoas - Ana Paula Andrade

Prosdocimi da Silva

Gerente de Planejamento e Desenvolvimento Pedagógico - Inah Maria Szerman Rezende

Gerente Administrativa de Formação: Lorena Assunção Belleza Colares
Coordenadora de Planejamento dos Programas de Magistrados,
Formadores e Pós-graduação - Adriana Gancz

Coordenadora Administrativa de Formação Inicial e Pós-Graduação -
Andréa de Melo Nogueira Muniz



Documento assinado eletronicamente por **Lorena Assunção Belleza Colares, Gerente**, em 02/03/2023, às 09:55, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Andréa de Melo Nogueira Muniz, Coordenador(a)**, em 02/03/2023, às 09:57, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Inah Maria Szerman Rezende, Gerente**, em 02/03/2023, às 10:06, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Gancz, Coordenador(a) de Área**, em 02/03/2023, às 10:12, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Andrade Prosdocimi da Silva, Diretor(a) Executivo(a)**, em 02/03/2023, às 11:10, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **12804528** e o código CRC **11394ACB**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AV Afonso Pena , Nº 4001 - Bairro Serra - CEP 30130008 - Belo Horizonte - MG - www.tjmg.jus.br
Andar: 12

DECISÃO TJMG/SUP-ADM/JUIZ AUX. PRES. - DIRSEP Nº 6541 / 2023

Processo SEI nº 0195851-37.2023.8.13.0000

Processo SIAD nº. 163/2023

Número da Contratação Direta: 14/2023

Assunto: Inexigibilidade de Licitação

Embasamento Legal: Art. 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI, ambos da Lei Federal nº. 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviços de docência referentes à disciplina "**Aspectos Tributários na Recuperação Judicial e na Falência**", no curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Empresarial, com ênfase em Falências e Recuperação de Empresas, na modalidade presencial.

Contratada: DANIELA VICTOR DE SOUZA MELO.

Valor total: R\$ 1.372,80 (um mil trezentos e setenta e dois reais e oitenta centavos), sendo **R\$ 1.144,00** (um mil, cento e quarenta e quatro reais) pela prestação dos serviços da docente e **R\$ 228,80** (duzentos e vinte oito reais e oitenta centavos) pelo encargo patronal devido pelo Tribunal na contratação de serviços de pessoa física.

Nos termos do art. 26 da Lei Federal n.º 8.666/1993, ratifico a inexigibilidade de licitação visando à contratação de Daniela Victor de Souza Melo para a prestação de serviços de docência referente à disciplina "**Aspectos Tributários na Recuperação Judicial e na Falência**", no curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Empresarial, com ênfase em Falências e Recuperação de Empresas, na modalidade presencial.

Declaro, ainda, em cumprimento ao disposto no art. 16, II, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal na qualidade de Ordenador de Despesas, que o dispêndio mencionado acima apresenta adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual de Ação Governamental e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme Disponibilidade Orçamentária 465/202 (12842447).

Publique-se.

RAQUEL GOMES BARBOSA

Juíza Auxiliar da Presidência



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Gomes Barbosa, Juiz(a) Auxiliar da Presidência**, em 20/03/2023, às 18:47, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **13132937** e o código CRC **3196C139**.

Exonerando Lucas Campos Rodrigues, PJPI 30.742-1, a partir de 21/03/2023, do cargo de provimento em comissão de Assessor de Juiz, PJ-AS-04, AZ-A13, PJ-56, da 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da comarca de Almenara (Portaria nº 2448/2023-SEI).

Nomeando:

- Alana Alves Santos, PJPI 31.282-7, para o cargo de Assessor de Juiz, PJ-AS-04, AZ-A785, PJ-56, mediante indicação do Juiz de Direito André Luiz Alves, que responde pela Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da comarca de Itabira (Portaria nº 2476/2023-SEI);

- Josilane Santos Botelho Sousa, para o cargo de Assessor de Juiz, PJ-AS-04, AZ-A13, PJ-56, mediante indicação do Juiz de Direito Luís Eduardo Araújo Santos, que responde pela 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da comarca de Almenara (Portaria nº 2471/2023-SEI);

- Luana Tayná Leal Dias, para o cargo de Assessor de Juiz, PJ-AS-04, AZ-A624, PJ-56, mediante indicação do Juiz de Direito Thomás Carneiro Franco de Carvalho, que responde pela 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da comarca de São Francisco (Portaria nº 2475/2023-SEI).

ATOS DA JUÍZA AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA, DRA. RAQUEL GOMES BARBOSA, REFERENTES À SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Processo SEI nº 0195851-37.2023.8.13.0000

Processo SIAD nº. 163/2023

Número da Contratação Direta: 14/2023

Assunto: Inexigibilidade de Licitação

Embasamento Legal: Art. 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI, ambos da Lei Federal nº. 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviços de docência referentes à disciplina "**Aspectos Tributários na Recuperação Judicial e na Falência**", no curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Empresarial, com ênfase em Falências e Recuperação de Empresas, na modalidade presencial.

Contratada: DANIELA VICTOR DE SOUZA MELO.

Valor total: R\$ 1.372,80 (um mil trezentos e setenta e dois reais e oitenta centavos), sendo **R\$ 1.144,00** (um mil, cento e quarenta e quatro reais) pela prestação dos serviços da docente e **R\$ 228,80** (duzentos e vinte oito reais e oitenta centavos) pelo encargo patronal devido pelo Tribunal na contratação de serviços de pessoa física.

Nos termos do art. 26 da Lei Federal nº. 8.666/1993, ratifico a inexigibilidade de licitação visando à contratação de Daniela Victor de Souza Melo para a prestação de serviços de docência referente à disciplina "**Aspectos Tributários na Recuperação Judicial e na Falência**", no curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Empresarial, com ênfase em Falências e Recuperação de Empresas, na modalidade presencial.

Declaro, ainda, em cumprimento ao disposto no art. 16, II, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal na qualidade de Ordenador de Despesas, que o dispêndio mencionado acima apresenta adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual de Ação Governamental e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme Disponibilidade Orçamentária 465/202 (12842447).

Belo Horizonte, 21 de março de 2023.

Publique-se.

Raquel Gomes Barbosa
Juíza Auxiliar da Presidência

Processo SEI: 0147770-57.2023.8.13.0000

Processo SIAD nº: 147/2023

Número da Inexigibilidade: 016/2023

Assunto: Inexigibilidade de Licitação.

Embasamento Legal: Art. 25, II, c/c art. 13, III, da Lei Federal nº. 8.666/93.

Objeto: Contratação de serviços técnicos profissionais especializados de consultoria pedagógica e em pesquisa objetivando o atendimento às necessidades de revisão, planejamento e implementação de soluções escolares em conformidade com a nova institucionalidade da EJEF enquanto Escola de Governo.

Contratado: EPHISTHEME - Pesquisa e Planejamento em Educação Ltda.

CNPJ nº: 08.259.573/0001-46.

Valor total do contrato: R\$302.880,00 (trezentos e dois mil oitocentos e oitenta reais), sendo **R\$276.480,00** (duzentos e setenta e seis mil, quatrocentos e oitenta reais) correspondentes à prestação de serviços; **R\$15.600,00** (quinze mil e seiscentos reais) correspondentes às passagens aéreas; **R\$9.600,00** (nove mil e seiscentos reais) correspondentes à hospedagem e **R\$1.200,00** (um mil e duzentos reais) correspondente à alimentação.

Prazo de Vigência: 13 (treze) meses, contados da data da última assinatura eletrônica do termo contratual.

Prazo de Execução: 12 (doze) meses.

Motivação: A EJEF, desde 2010, dentro da sua atribuição de promover a gestão e o desenvolvimento de pessoas nos processos de sua competência enquanto órgão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, lançou-se à implantação do